

Pandemia e Desigualdade na América Latina e no Caribe¹

JEAN SEGATA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
BRASIL

PATRICIA TORRES MEJÍA

CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL
(CIESAS), MÉXICO

HILTON PEREIRA DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) E UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
BRASIL

DOSSIER

Em 11 de janeiro de 2023, dois meses antes de completar três anos de pandemia, o *Coronavirus Resource Center* da John Hopkins University mostrava um total de mais de 666 milhões de casos confirmados no mundo e mais de 6.7 milhões de mortes; cerca de 11% destes totais, na América Latina.² Mas, em quase três anos de pandemia, não são apenas os números e as suas importantes repercussões de ordem biomédica e epidemiológica que precisam ser ressaltados: «pandemias também provocam e aprofundam estruturas de desigualdade e injustiça social, com efeitos humanitários, econômicos, ambientais, políticos e culturais» (Segata, Grisotti, Porto, 2022). Os impactos são múltiplos e devastadores e, além do

1 Queremos expressar nosso agradecimento a diretora deste décimo número de *Plural*, Annel Mejías Guiza. Editar este dossier, o último de Annel no comando durante a transição para «a normalidade» foi uma tarefa complicada. Ficamos impressionados com o alto número de artigos recebidos, as dificuldades em conseguir arbitragem e outros contratempos próprios da construção científica transdisciplinar e entre vários países. Por isso, queremos deixar explícito nosso reconhecimento da qualidade acadêmica e humana da diretora da Revista nestes tempos difíceis, que nos guiou com segurança, em meio aos problemas de saúde física e emocional que passamos enquanto preparávamos esta edição.

2 Coronavirus Resource Center. Disponível em <<https://coronavirus.jhu.edu>>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

efeito imediato, continuam repercutindo a curto, médio e longo prazo (Abrasco, 2021, 2022; Grossi, Toniol, 2020; Gamlin et al., 2021; Segata et al., 2021, Torales et al., 2020). Mas, como ampliar uma visão da pandemia de Covid-19 além daquela «centrada no coronavírus»? A resposta é trazer para um primeiro plano as pessoas, as geografias desiguais, injustiças sociais, ecologias insalubres emergentes ou a história de epidemias e pandemias passadas para entender nossa situação atual e futura. Somado a isso, como podemos construir uma perspectiva decolonial, latino-americana e caribenha sobre a Covid-19 a partir de casos etnográficos com respostas críticas e ações comprometidas com nossas diferentes realidades?

Este número da *Plural. Antropologías desde America Latina y del Caribe* traz um conjunto de reflexões sobre as consequências e as ações implicadas na pandemia de Covid-19 nas sociedades latino-americana e caribenha. Tal qual os interesses do Grupo de Trabalho «La Covid-19 en América Latina y Caribe» da Asociación Latinoamericana de Antropología (ALA), o objetivo deste número foi criar um espaço antropológico de colaboração e trocas sobre as pesquisas em desenvolvimento, reunindo pesquisadores e pesquisadoras com experiência em diferentes campos, temas e abordagens. Também são trazidas diferentes situações, contextos e populações, como profissionais de saúde, migrantes, idosos, povos indígenas e marginalizados, negros, a população LGBT e as suas tão diversas e desiguais condições de risco, vulnerabilidade ou cuidado, incluindo o acesso às vacinas e tratamentos para as sequelas da doença, e as lutas por direitos e reparação. Além disso, a experiência e a prática acadêmica se cruzam com outros temas de interesse em vários campos de pesquisa, como antropologia médica e da saúde, estudos multiespécie, gênero, feminismo, sexualidade, etnia, racismo, globalização, degradação ambiental, mudanças climáticas e a violência social e econômica que elas acarretam.

Como crise de saúde coletiva, a pandemia de Covid-19 é um tema complexo e que impele a colaboração de muitas frentes de conhecimento e de prática. Não há dúvidas, por exemplo, da importância do mapeamento genético dos vírus e o acompanhamento

da sua evolução e mutação. Também é fundamental a pesquisa epidemiológica e os seus apontamentos sobre a incidência, a prevalência e outras tendências e características dos surtos. Tampouco, se questiona a urgência da pesquisa biológica ou do conhecimento médico e clínico, que nos tragam conhecimento sobre a infecção que ele provoca, o modo como a doença pode se agravar e como pode ser tratada. Além disso, é essencial o desenvolvimento de vacinas e a mobilização para a imunização da população local e globalmente. No entanto, análises e respostas à pandemia não envolvem apenas esforços de compreensão e de combate de um patógeno e seus efeitos biológicos. Existem configurações socioambientais, nacionais, políticas e econômicas, de desigualdade e de injustiça, que produzem situações muito particulares de risco e de vulnerabilidade (Abrasco, 2022; Carvalho, Nascimento, Nascimento, 2021; Silva, Reis, Silva, 2022). Nestes cenários, pesquisas antropológicas abrem caminhos que ultrapassam os mecanismos técnico-biológicos das crises sanitárias, enfocando os sentidos, as relações e as transformações que elas provocam nas sociedades. É no cotidiano da casa, do trabalho, da escola, da vizinhança, do comércio ou nos problemas com as infraestruturas de transporte, de água, de energia e de atenção básica em saúde que os impactos sociais de uma pandemia se impõem. Aqui e ali, a «vida normal» e o cuidado se tornam mais pesados para algumas populações do que para outras. Populações indígenas, pessoas pobres e negras vivendo nas periferias das cidades às custas de trabalho informal, quase sempre estão mais expostas a patógenos e outras formas de adoecer e mais distantes das condições de reconstrução da vida. Quando reduzimos a pandemia às preocupações em torno do vírus, a violência estrutural que causa desigualdades sociais, raciais e de gênero torna-se invisível, dificultando a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades sociais e culturais de cada país ou região. Este é o tipo de dificuldade que o artigo que abre este dossier nos aponta.

Intitulado *A atrofia do social na construção discursiva sobre a pandemia da COVID-19 – desvelando ausências*, o artigo de Leny A. Bomfim (Brasil), Yeimi Alexandra Alzate López (Brasil), Verônica

Araújo (Brasil), Gonzalo Basile (República Dominicana), Clarice Santos Mota (Brasil) cuestiona a ausência de determinados enfoques e temas sociais nas formações discursivas sobre a pandemia da Covid-19. As autoras e autor analisam o modo como as Ciências Sociais têm se esforçado para ocupar espaço no debate público ante a centralidade da racionalidade biomédica. Para tanto, também é analisado um conjunto de esforços do neoliberalismo para tirar proveito da crise pandêmica para impor a sua vontade de diminuir o Estado, privatizar e derrubar conquistas laborais, sociais e financeiras, materializados em situações concretas de grupos invisibilizados, como é o caso de trabalhadoras domésticas (Basile, 2020).

As questões sobre o lugar das Ciências Humanas e Sociais no debate sobre a pandemia, levantadas por Bonfim e colaboradores neste primeiro artigo nos levam também a refletir, em um contexto mais amplo, sobre as diversas manifestações de negacionismo durante a pandemia. Trata-se de um tópico que nos atinge em cheio na Antropologia, justamente porque conhecimentos e práticas socialmente situadas ou tudo aquilo que não é ciência da saúde biomédica tem sido incluído por alguns setores no pacote do negacionismo.

Acontece que a longa e profícua trajetória da Antropologia dos processos de saúde e doença e suas pesquisas sobre agenciamentos e itinerários terapêuticos já nos forneceu provas suficientes de que uma benção ou um banho de imersão em ervas não implica em negar a ciência, *mas de compor com ela experiências de atenção e cuidado*. Conforto para as perturbações são buscadas entre líderes religiosos, psiquiatras, psicólogos e literatura de autoajuda; medicamentos de receituário médico são administrados com chás e garrafadas e exames laboratoriais confirmam o diagnóstico de videntes, cartomantes ou dos próprios sonhos. A imagem de uma senhora idosa, em um canal de televisão brasileiro, tomando a vacina contra a Covid-19 enquanto rezava com um terço na mão, resume bem este ponto: «Graças a Deus, a vacina. Viva a ciência».

O ponto é que o negacionismo da ciência biomédica não pode ser combatido por meio de um negacionismo das práticas sociais e culturais. É preciso calibrar a crítica e avaliar os efeitos

desse reducionismo «ciência biomédica/verdade» versus «não ciência/negacionismo». Há muitas camadas de complexidade a serem elucidadas entre essas pontas. Precisamos muito mais compreender os mecanismos e discursos que atuam na tomada de decisões de cada pessoa e coletividade —e os sentidos de saúde, doença, risco, cuidado e proteção implicados, e o peso das desigualdades e injustiças sociais— do que operar uma recusa insistente dos seus saberes, endossando a exclusividade da hegemonia biomédica da pandemia.

É evidentemente lamentável que, ao longo destes quase três anos de pandemia, tenhamos convivido com uma inaceitável situação de questionamento da Covid-19 e da própria realidade: negou-se o vírus, a eficácia de medidas como o distanciamento social ou o uso de máscaras; questionou-se a eficácia da vacina e até mesmo o formato da Terra. Mas, a questão que levantamos ao longo deste número é a de que toda ciência importa. Na linha de debates deste primeiro artigo do dossier, queremos denunciar que dentro do próprio circuito acadêmico há um certo negacionismo que se volta contra as Ciências Humanas, salientemente, no caso brasileiro, à Antropologia. Temos resistido, à duras penas, aos massivos cortes de financiamento de pesquisa em nossos países; temos lutado para uma maior abertura de oportunidades, que nos coloquem em pé de igualdade com aquelas disponíveis às áreas aplicadas ou de inovação; temos, inclusive, resistido à perseguição de radicais que invadem as aulas online com variadas expressões de racismo, *LGBTfobia* e um sem fim de ameaças à própria liberdade acadêmica.

Além disso, em diversos países da América Latina e do Caribe, mais salientemente no caso brasileiro, comitês de gestão ou de enfrentamento da Covid-19 são formados, sobremaneira, por políticos e seus assessores e por representantes dos interesses corporativos da indústria e do comércio, na chave econômica. Só em menor número por peritos das ciências biológicas e da saúde —que também já se sentem acuados diante do silenciamento e da negação da ciência. Mas, educadores, representantes de trabalhadores, líderes comunitários e pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais sequer são convidados à sentar nestas mesas de gerenciamento, mesmo que, evidentemente, a pandemia se mostre como um evento que

excede a biologia e cujas questões sanitárias ganham terreno nas relações domésticas, no trabalho, na desigualdade, na exclusão. Para nós, reduzir a pandemia a uma guerra tecnocrática entre vírus e economia ou entre ciências biológicas e humanas, também é negacionismo. Em suma:

não há dúvidas de que algumas histórias da Covid-19 são contadas com o vírus. Análises da pandemia centradas no agente patogênico estão por toda parte. Cepas, variantes, contágio, propagação —«novo coronavírus»; aquele vocabulário elitista e tecnocrático da Saúde Global que reduz a complexidade dos processos de saúde, doença e cuidado a indicadores objetivos, transculturais e pretensamente universalizáveis foi sutilmente incorporado ao nosso cotidiano. Mas, tem também as «histórias com gente». É o caso daquelas que nos interessam na antropologia. Nelas, pandemia não é assunto de agente patogênico em si. Importam os efeitos que eles produzem nas nossas relações, identidades e trajetórias. Mais além do vírus, os gestos e atenções; as desilusões e esperanças; as invisibilidades e exclusões, mas também a força e a resistência. É a pandemia em raça, gênero, território e ambientes, das lutas de ontem e do tempo presente, dos vínculos parentais, das redes de cuidado (Segata y Segata, 2021, p.13).

É também destacado neste dossier o apelo para que se traga a violência estrutural como implicada no debate sobre saúde. Trata-se de colocar em evidência «formas de conhecimento, práticas científicas e políticas de intervenção que buscam, em particular, os efeitos dessas articulações para certos sujeitos historicamente situados» (Fonseca, Rohden e Machado, 2012, p. 07). Além disso, conforme Singer e Rilko-Bauer (2021) os impactos da pandemia sobre diferentes grupos sociais precisam ser investigados considerando a sua característica sindêmica e as formas de violência estrutural que intensificam os seus efeitos. Nesta linha, a maior parte dos trabalhos trazidos neste número busca subsídios para analisar e atuar sobre a sinergia adversa entre duas ou mais doenças, ou condições debilitantes, promovidas ou facilitadas por condições sociais e ambientais e as formas frequentemente ocultas de estruturas de desigualdade, como a pobreza, o racismo e a discriminação, que impactam negativamente a vida e o bem-estar das populações afetadas (Singer, Rilko-Bauer, 2021). Precisamente, o que estes trabalhos trazem em consideração é o modo como a compreensão das violências estruturais no campo da saúde deslocam as tradicionais análises sobre

«grupos e de comportamentos de risco» para colocar em relevo os seus ambientes e os seus agentes. É com esta preocupação que o segundo artigo deste dossier conduz a sua análise.

Intitulado *Vulnerabilidad estructural y respuestas oficiales frente a la pandemia por COVID-19 en Morelos, México*, de María N. Rodríguez Alarcón (México), apresenta uma discussão crítica sobre a atuação governamental durante a pandemia de Covid-19 no México. Para a autora, ainda que a pandemia tenha como centro uma ameaça biológica, é preciso decisivamente considerar que ela se agrava intensivamente sob condições preexistentes de vulnerabilidade social. Mais do que isso, apoiada também nos debates construídos pela Antropologia dos Desastres, Rodríguez Alarcón mostra como as respostas oficiais do Estado, demasiadamente indiferentes às problemáticas sociais, acabam por aprofundar ainda mais as condições prévias de vulnerabilidade, expressadas em seu artigo no incremento da precariedade e da exclusão.

Na sequência as relações entre raça, gênero, migração e saúde conduzem as reflexões dos artigos. É o caso do trabalho de Marcia Leitão Pinheiro (Brasil), intitulado *Pandemia, saúde e informações étnico-raciais no Brasil*. Nele, a autora descreve e analisa as mobilizações protagonizadas pelos movimentos negros para a inserção do quesito raça/cor no mecanismo de monitoramento da Covid-19 produzido pelo Ministério da Saúde, a fim de amenizar seu impacto sobre a população negra, que historicamente tem sido desproporcionalmente afetada pelas desigualdades sociais. No argumento dos movimentos estava o entendimento de que a ausência da informação prejudica explicitar como o racismo se articula com a pandemia. Tal exigência fez com que se evidenciasse um conjunto de dúvidas sobre a eficácia de enfrentamento da pandemia de Covid-19 pelos órgãos oficiais do Brasil durante o governo Jair Bolsonaro. Assim, Pinheiro analisa a ausência da informação sobre cor/raça, caracterizada por ela como desaparecimento, e como esse desaparecimento performa um procedimento governamental em vigência. Para ela, o debate sobre a ausência e o descarte dessas informações no processo de monitoramento da Covid-19 expõem a peculiaridade

da governamentalidade da sociedade brasileira, que evidencia o racismo durante a pandemia.

O quarto artigo, intitulado *La experiencia compartida de la precariedad: la olla popular trans*, de Laura Recalde Burgueño (Uruguai) nos mostra como a pandemia de Covid-19 fez aumentar a pobreza, o desemprego e a insegurança alimentar no Uruguai e como tal crise se tornou a agenda central do debate social. Assim, a autora traz uma mirada etnográfica sobre o movimento ativista trans no país para, a partir dele, analisar como a precariedade intensificada durante a pandemia produziu alianças entre diferentes coletivos vulnerabilizados.

O quinto artigo do dossier, de autoria de Yaredh Marín Vázquez e Gail Mummert (México) aborda as experiências de mulheres que viveram a gravidez, o parto e o puerpério durante a pandemia de Covid-19 no México. Intitulado *Recalibrando vulnerabilidad y riesgo: atención en la pandemia para mujeres parturientas en México*, o artigo traz uma análise fundamental sobre o lugar das emoções e dilemas éticos implicadas nas difíceis decisões sobre cuidado, distribuído entre o apoio às parturientes, as crianças e os familiares e a iminência do contágio com o coronavírus. A partir da análise de narrativas e entrevistas, o artigo, assim, discute de forma magistral as noções de risco e de vulnerabilidade, e oferece olhares alternativos sobre a urgente problemática das relações entre saúde reprodutiva, saúde pública, violência e direito à informação na pandemia.

O trabalho de mulheres durante a pandemia também é descrito e analisado Raúl García Contreras (México). Intitulado *Al sur del confinamiento Trabajadoras del hogar en dos comunidades del centro de México*, o artigo analisa o confinamento durante o período mais agudo da pandemia a partir da percepção de um grupo de mulheres trabalhadoras domésticas que garantiram a quarentena de seus empregadores. As suas ricas narrativas nos ajudam a compreender as já precárias condições de trabalho das trabalhadoras domésticas, resultando em um processo mais desigual e com maiores riscos para alguns grupos sociais do que para outros.

Por fim, ainda nesta linha de debates, o sétimo artigo do dossier, *Vida em modo de espera: repercussões da Covid-19 para haitianas*

residentes na capital do Brasil, de Danielle Galdino Solouki e Cristiano Guedes de Souza (Brasil) mostra as repercussões da pandemia na vida de imigrantes haitianas residentes na cidade de Brasília, capital do Brasil. O trabalho descreve que mulheres imigrantes negras formam um dos grupos de maior risco social em tempos de crise, inclusive sanitária. Por meio de narrativas e entrevistas, o artigo mostra como a Covid-19 repercutiu negativamente na vida destas mulheres, no que se refere ao acesso ao trabalho e às políticas públicas, precarizando ainda mais seus meios de garantia da vida e a proteção dos seus direitos fundamentais em meio a uma crise sanitária.

Em termos gerais, o que estes trabalhos nos mostram é que a compreensão apurada da dinâmica de transformações sociais resultantes da pandemia e a avaliação das ações para a sua contenção evidenciam implicações éticas e de Direitos Humanos que merecem análise crítica sob a ótica das Ciências Humanas e Sociais, sobremaneira a Antropologia. Para tanto, é preciso que seja considerada a singularidade das populações implicadas, seus níveis de vulnerabilidade e exposição, baseados em sua diversidade e na sua desigualdade. Portanto, a pandemia demanda abordagem interdisciplinar e políticas intersetoriais, que colocam em preeminência os conhecimentos e as experiências culturalmente localizadas, incluindo tradição, religiosidade, etnicidade, gênero, idade, relações de trabalho ou distinções socioeconômicas.

Na continuidade do dossier, as espinhosas relações entre as emergentes políticas de saúde planetária e as sensibilidades locais sobre adoecer e cuidar são coladas em relevo. Como bem salientou Rosenberg (1992), a natureza episódica e excepcional de catástrofes como a pandemia de Covid-19 impele respostas imediatas. Elas ecoam os modelos globais que, neste caso, têm o vírus como a infraestrutura que permite pular de um contexto a outro carregando consigo conhecimentos e técnicas. Elas evitam as interpretações culturalistas de saúde e doença e criam dificuldades aos modelos explicativos locais. Colocar o novo coronavírus um pouco de lado e se atentar para o que mais compõe com ele essas pandemias incomuns, desiguais, é um exercício de descolonização.

Nas últimas duas décadas uma reconfiguração das políticas de saúde converteu *prevenção* em *preparação e resposta* na chave de que mais amplamente pode ser descrito como *biossegurança* (Segata, 2020). Em termos rápidos, em vez de esforços multidisciplinares para o cuidado social, ambiental e sanitário a fim de evitar crises, passou-se a assumir que elas vão acontecer, independentemente do que se possa fazer, restando «estar pronto» para responder. É o que está contido em frases como «temos dúvida se uma nova *catástrofe X* acontecerá, mas quando». O *X* pode ser uma enchente, uma tempestade, um novo vírus e tudo o que mais cabe na conta de uma «fúria da natureza» —como se cada vez mais não tivessem estas catástrofes uma origem antrópica. A resposta, como sabemos, vem sempre descrita na linguagem bélica, como «a guerra contra o vírus», tão repetidamente exaltada ao longo da pandemia.

Tecnologias de biossegurança endossam este esquema. Elas foram projetadas a partir dos anos de 1970 como protocolos laboratoriais envolvidos na crescente engenharia genética. Mas, se converteram em sistemas políticos de contenção cada vez mais robustos, que definem e distribuem riscos e vulnerabilidades a partir de performances imaginativas, quase sempre militarizadas. Sistemas de mineração de dados, softwares de geolocalização e tecnologias de DNA são parte do aparato recente que permite identificar rapidamente a presença de um «inimigo invisível» decifrar seu genoma, mapear sua mecânica de transmissão e suas rotas de circulação. Trata-se de um sistema de vigilância algorítmica e molecular que ecoa as fantasias tecnocráticas da ubiquidade e do tempo real. Essas tecnologias permitem superexpor um vírus e antever curvas de casos e de mortes. Mas elas não são sensíveis o suficiente para capturar sequer a falta de água para lavar as mãos na maior parte das comunidades mais pobres de países de baixa renda da América Latina e do Caribe (Segata, 2020). O ponto é que a política do «é preciso estar pronto», baseada nas mais avançadas tecnologias digitais e da vida, mostrou-se extremamente precária. Quando a pandemia chegou, a maior parte das autoridades não sabia o que fazer diante do caos que ela produziu. Esse é o tipo de problema que tem sido frequentemente denunciado pelos críticos da Saúde Global: a insistente

produção de «balas de prata», forjadas com a expectativa mágica de que o conhecimento científico desterritorializado seja capaz de levar a todos os lugares, culturas e sociedades as mesmas soluções (Matta, Moreno, 2014; Biehl, 2021). É o que se descreve como sendo a transculturalização das evidências científicas, que dividem e hierarquizam indicadores técnico-científicos de um lado e a vida concreta das pessoas de outro. Para Biehl (2021) este movimento emergente deflagra a natureza neocolonial da Saúde Global— sendo que por global devemos entender o *modus operandi* euro-americano e os usos de emergência, que inclui até mesmo a manifestação de um humanitarismo transnacional, que enfatiza a desigualdade e a violência. Ele se baseia em ações de assistência (importantes, é claro) como o conhecido caso do *Médicos sem Fronteiras*, que abrem espaço para intervenções que suplantam as lógicas locais, dada a urgência e a falta de infraestrutura. Eles solucionam um problema dado, mas não trabalham *com* as populações locais para a produção de políticas públicas de duração continuada.

Questões como estas podem ser apreendidas nos artigos que dão sequência a este dossier, como é o caso daquele de Andrea Mastangelo (Argentina), Josefina Benedit (Argentina) e Ana María Rico (Brasil). Intitulado *Una perspectiva etnográfica sobre el confinamiento por COVID-19 en barrios populares de la CABA, Argentina*, o trabalho analisa a perspectiva dos residentes de bairros da capital argentina com alto índice populacional e frequentes problemas com infraestruturas básicas de abastecimento e saneamento sobre as políticas de distanciamento social impostas pela pandemia. Para as autoras, ainda que a política de distanciamento social baseada no isolamento do próprio lar seja uma medida efetiva para a mitigação do contágio pelo novo coronavírus, a medida não considerou a profunda segregação residencial que caracteriza Buenos Aires. Assim, a obrigatoriedade de respeitar uma medida vertical de proteção, não considerou um conjunto amplo e difuso de problemas, que em um nível mais horizontal se manifestam na fragilidade de políticas que carecem de perspectivas de gênero, de classe e de respeito aos Direitos Humanos.

O nono artigo também ressalta a importância de políticas mais horizontais e centradas em manifestações locais sobre as

carências deflagradas pela pandemia. De autoria de Ana Gretel Echazú Böschemeier, Breno da Silva Carvalho, Luan Gomez dos Santos de Oliveira, e Nathalia Maíra Cabral de Medeiros (Brasil), o artigo *Diálogo com Lideranças: Etnografia para uma Ciência «Cuidadã» no Enfrentamento à COVID-19 no Nordeste Brasileiro* propõe uma exploração antropológica de base descolonizadora, feminista e interseccional da experiência de *ciência cidadã* no trabalho de lideranças comunitárias. Diante do contexto descrito pelas autoras e autores como excepcionalismo pandêmico, o artigo busca extrair as consequências da proposição de uma *ciência «cuidadã»*, engajada na produção do conhecimento, baseada em regimes de cuidado e «cidadanias» locais, e corpo a corpo. No argumento do texto, essas políticas são representativas das buscas pelo bem viver de lideranças de povos tradicionais e movimentos sociais do Nordeste do Brasil durante a pandemia de Covid-19.

La pandemia desde un equipo de salud local: aproximaciones a una autoetnografía, de María Daniela Cormick e Lucía Pelatelli (Argentina) é o décimo artigo do dossier. Nele, é feita uma autoetnografia por meio de trocas de mensagens de WhatsApp, que exalta a experiência das autoras como trabalhadoras do sistema público de saúde durante a pandemia, em um bairro popular de Buenos Aires, Argentina. Como em outros artigos deste dossier, o trabalho nos mostra que o aprofundamento das desigualdades estruturais pré-existentes também é consequência direta da pandemia. Além disso, a crítica das autoras vai ao encontro de outras análises presentes neste volume, que ressaltam a necessidade de um olhar complexo, que tensione a homogeneidade das políticas sanitárias hegemônicas.

Finalmente, os dois últimos artigos deste dossier nos trazem importantes reflexões sobre tópicos ainda muito controversos, tornados salientes durante a pandemia pelo SARS-CoV-2: a as consequências nos processos de ensino-aprendizagem e as relações precárias de trabalho frente a contextos hegemônicos de produção agroalimentar.

Em Enseñar-aprendiendo en tiempos pandémicos. La experiencia de estudiantes de la licenciatura en antropología de la Universidad

Autónoma de Tlaxcala, México, Osmar Montiel Torres (México) analisa a formação de estudantes de antropologia da Universidade mexicana, geração de 2018 a 2022. O autor descreve a construção de um projeto coletivo sobre a pandemia com o intuito de mitigar a impossibilidade de se fazer trabalho de campo. Conduzindo os estudantes a analisar o modo como viviam e como eram impactados nas suas vidas acadêmicas e familiares, a experiência apresentou alguns dos desafios, limites e possibilidade do processo pedagógico da etnografia em tempos de exceção.

Para além da preocupação com a formação antropológica durante a pandemia, trazida no artigo de Montiel Torres, cabe ressaltar que o tema das experiências de ensino-aprendizagem na pandemia ainda é uma questão em aberto, que impele a novos esforços de pesquisa. Um exemplo em andamento no Brasil aponta para o abismo da precariedade de acesso estável e contínuo à internet entre estudantes de baixa renda durante a pandemia (Rede Vírus MCTI, 2022). À despeito das tentativas de aulas remotas de forma síncrona, os relatos de estudantes apontaram para a prevalente necessidade de gravação das aulas e disponibilização dos arquivos para consultas assíncronas. Para muitos, o único acesso à internet era feito por meio de redes de dados de telefones celulares, que eram rapidamente consumidos em aulas síncronas. Neste caso, a participação nas aulas era prejudicada pois o acesso às gravações e demais arquivos das aulas eram feitos apenas periodicamente, quando existida a possibilidade de acessar rede *wifi* para «baixar» os arquivos dos materiais didáticos. Em parte dos casos, o acesso à rede *wifi* só era possível em ambientes diversos à universidade e à residência, como padarias, restaurantes, praças de alimentação de shoppings, etc. Em suma, a análise dos processos de ensino-aprendizagem e de acesso a tecnologias da informação e da comunicação em contextos escolares e universitários pode também ser uma chave de compreensão sobre os profundos processos de desigualdade social experienciados na América Latina e Caribe.

Finalmente, fechando este dossier, o artigo *Comunidades pesqueras bajo la pandemia del COVID-19 en la costa sur de la provincia de Manabí (Ecuador)*, de Fernando Represa Pérez (Ecu-

dor) e Michael Viña (EUA) mostra como a pandemia impactou a sociedade equatoriana, especialmente os grupos e coletivos mais vulnerabilizados, como pescadores artesanais, assalariados em navios industriais ou trabalhadores da indústria de processamento de pescado. No artigo, os autores alisam o modo como estas comunidades pesqueiras, enquanto tecido vulnerável, tiveram os seus meios de subsistência comprometidos, obrigando-as a traçar múltiplas estratégias num ambiente em rápida mudança, sujeito a desenvolvimentos socioeconômicos diversos e assimétricos que vão modificando os significados da paisagem marítima frente ao sistema econômico globalizado.

Em um panorama mais amplo, esta relação entre alimentação, ambiente e pandemia se converte em um tema fundamental de pesquisas voltadas para o futuro do planeta. Cada vez mais, o modo como temos nos alimentado, também tem alimentado o fim do mundo. Crises sociais, ambientais e sanitárias não são eventos isolados e a Covid-19 é mais uma manifestação evidente disto. A interseção entre os debates sobre a pandemia e o que se tem chamado de Antropoceno, nos mostra que a prevenção contra novos desastres desta natureza passa por uma profunda revisão dos impactos das atividades antropogênicas nas ecologias locais e nos ecossistemas globais, incluindo o debate sobre saúde e doença, com maior robustez na agenda climática internacional. Em grande parte, a destruição da sustentabilidade orgânica do planeta tem sido cada vez mais ligada às atividades do agronegócio e à exploração mineral, que têm sido responsáveis «por gerar ambientes apropriados para a produção em escala de novos patógenos e por remover obstáculos imunológicos que poderiam retardar a transmissão de uma nova doença» (Silva, 2020). A interseção entre Antropoceno, saúde e alimentação requer, cada vez mais, a adoção de uma abordagem multiespécie, já que exploração destrutiva de humanos, animais e ambientes não é um fenômeno à parte de um processo mais amplo de violência estrutural. Ela se materializa na histórica degradação de ambientes por meio do extrativismo e da transformação da natureza em mercadoria, e do modelo carnista de nutrição, que demanda cada vez mais a criação e abate de animais em escala para garantir

o suprimento de mercados internacionais ávidos pelo consumo de proteína (Sordi, Segata, Lewgoy, 2022). Ambos os casos contam com uma infraestrutura baseada em trabalho degradante e exposição a contaminações de diversas naturezas, razão pela qual precisamos cada vez mais pensar menos em guerra contra patógenos e mais em formas de convivência e políticas de cuidado conjunto para humanos, animais e ambientes. Os vírus não aparecem sozinhos. Eles são o resultado de séculos de destruição e exploração do planeta.

O fato é que, se ontem foi o devastador processo de colonização e de expropriação que arrasou populações locais e paisagens naturais, hoje são as tecnologias de manipulação genética que convertem os países mais pobres, como aqueles da América Latina e do Caribe, em grandes e lucrativas lavouras de plantio de transgênicos e em granjas de animais em confinamento (Otero, Lapeña, 2016; Segata, 2020). Elas também formam, junto com as grandes e desordenadas metrópoles, usinas, complexos industriais e minerários cortes e feridas que nos expõe a graus intensificados de risco e de vulnerabilidade. Em termos mais amplos, essas cargas desiguais sobre corpos segregados em meio a ecologias precárias, colocam em relevo a atuação de um capitalismo racial, que conduz migrantes, negros e indígenas a graus desproporcionais de contato poroso com substâncias e situações potencialmente contaminantes. É a forma material da violência estrutural que silenciosamente intersecta e corporifica o colonialismo, o capitalismo, o Antropoceno e suas hierarquias raciais, de classe e de espécie (Segata, Beck, Muccilo, 2021).

Enfim, transformações, debates, e também muito silenciamento, têm ganhado forma ao longo destes quase três anos de pandemia sobre os quais temos muitas consequências a extrair. Passados os momentos mais críticos em termos de contaminações e morte com a Covid-19, que marcavam a época em que este dossier foi proposto, novos e complexos problemas ganham evidência sob a rubrica do que se tem chamado de «pós-pandemia».

Recentemente, em um texto intitulado *Como as epidemias terminam*, as historiadoras Erica Charter e Kristin Heitman (2021) escreveram que este tipo de evento é frequentemente vivido em

ciclos de intensidade e temporalidade, que excedem narrativas lineares de começo, pico e fim. «Fim» não implica o término da circulação do agente patogênico e da redução da contaminação e morte por meio da imunização ou do tratamento. Diferentemente da esperança idealista da «erradicação biológica», o fim de uma pandemia depende muito mais de uma contínua negociação política, ética e social de «níveis aceitáveis», que permitem o que as autoridades sanitárias nacionais e internacionais criticamente chamam de «administração de uma vida social normal».

Entregamos este dossier justamente nos perguntando sobre as disparidades e injustiças sociais implicadas nesta zona nebulosa, complexa e incerta que é frequentemente descrita como «pós-pandemia». A quem cabe decidir sobre níveis aceitáveis de doença? A quem cabe decidir sobre e como deve ser conduzida a administração de uma «vida normal»?

Nos parece evidente que uma pandemia dura muito mais do que o período agudo de circulação de um vírus. Sofrimento físico e mental, ansiedades e incertezas passam a perturbar todos nós, mas sobremaneira, quem viveu e continua vivendo as muitas faces da dor diretamente em suas vidas. Isso sem contar que no caso da grande pandemia do Século XXI, até o momento, dada a sua extensão e seus desdobramentos em aberto, ainda tem sido difícil parametrizar o que tem sido morrer de Covid-19, ou morrer dos efeitos da pandemia em meio ao evidente conjunto de vulnerabilidades agravadas nas diversas manifestações de desigualdade e injustiça social, que marcam a América Latina e o Caribe. Pois uma coisa é você ser atingido pelo vírus e desenvolver a doença de forma fatal; outra é você ter que tocar a vida em meio a este caos e as suas perdas. Infelizmente, nem sempre é possível. Nesse caso, se não se morre de Covid-19, independentemente do diagnóstico, de alguma forma, pode-se morrer de pandemia... «Foi tristeza», disse mãe de um de nós, à respeito da morte da sua amiga do «clubes de idosos». «Ela estava se cuidando, mas a pandemia demorou demais».

REFERÊNCIAS

- ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. *População negra e Covid-19*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2021.
- ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. *Pandemia de Covid-19*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2022.
- Basile, Gonzalo. SARS-CoV-2 en América Latina y Caribe: las tres encrucijadas para el pensamiento crítico en salud. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 25, n. 9, p. 3557-3562, 2020.
- Biehl, João. Descolonizando a saúde planetária. *Horizontes Antropológicos*, vol. 27, n. 59, p. 337-359, 2021.
- Carvalho, Luciana G.; Nascimento, Raimundo Magno C.; Nascimento, Veridiana B. (orgs.) *Vulnerabilidade Histórica e Futura das Comunidades Quilombolas do Pará em Tempo de Pandemia*. Belém: NUMA/UFPA, 2021.
- Charters, Erica; Heitman, Kristin. 2021. How epidemics end. *Centaurus*, n. 63, p. 210-224.
- Fonseca, Cláudia; Rohden, Fabiola; Machado, Paula Sandrine (ed.). *Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Gamlin, Jennie et al. Centring a Critical Medical Anthropology of COVID-19 in Global Health discourse. *BMJ Global Health*, 2021(6): e006132.
- Grossi, Miram; Toniol, Rodrigo. (ed.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs, 2020.
- Lapegna, Pablo; Otero, Gerardo. Cultivos transgênicos en América Latina: expropriación, valor negativo y Estado. *Estudios Críticos del Desarrollo*, vol. 6, n. 2, p. 19-43, 2016.
- Matta, Gustavo; Moreno, Arlinda Barbosa. Saúde global: uma análise sobre as relações entre os processos de globalização e o uso dos indicadores de saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Atenção*, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 9-22, 2014.
- Rede Vírus MCTI. *Informe 17 - Rede Covid-19 Humanidades MCTI*, 10 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/coronavirus/informes-rede-covid-19-humanidades-mcti/informe-no-17-2013-rede-covid-19-humanidades-mcti>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.
- Rosenberg, Charles. *Explaining epidemics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

- Segata, Jean. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, vol. 26, n. 57, p. 275-305, 2020.
- Segata, Jean et al. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, vol. 27, n. 59, p. 7-25, 2021.
- Segata, Jean; Beck, Luiza; Muccillo, Luísa. Beyond exotic wet markets: Covid-19 ecologies in the global meat-processing industry in Brazil. *eTropic - Electronic Journal of Studies in the Tropics*, vol. 20, n. 1, p. 94-115, 2021.
- Segata, Jean; Segata, Juliara Borges. «Prefácio: muito além do vírus». In: Pimenta, Denise; Almeida, Juniela Rabêlo; Garcia Lima, Lívia Morais (ed.). *(Im)permanências: história oral, mulheres e envelhecimento na pandemia*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2021, p. 13-19.
- Segata, Jean; Segata, Juliara Borges. «Prefácio: muito além do vírus». In: Pimenta, Denise; Almeida, Juniela Rabêlo; Garcia Lima, Lívia Morais (ed.). *(Im)permanências: história oral, mulheres e envelhecimento na pandemia*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2021, p. 13-19.
- Segata, Jean; Grisotti, Marcia; Porto Roseli. Covid-19 in Brazil. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, n. 19, p. 1-7, 2022.
- Silva, Allan. «Prefácio». In: Wallace, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020, p. 17-25.
- Silva, Hilton P.; Reis, Tânia C.; Silva, Keyli. Perspectiva sobre o enfrentamento da pandemia de Covid-19 em Cabo Verde e no Brasil e o impacto das políticas públicas emergenciais. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 41, p. 59-76, 2022.
- Singer, Merryl; Rilko-Bauer, Barbara. The syndemics and structural violence of the COVID pandemic: anthropological insights on a crisis. *Open Anthropological Research*, n. 1, p. 7-32, 2021.
- Sordi, Caetano; Segata, Jean; Lewgoy, Bernardo. Covid-19 and disaster capitalism: «passando a boiada» in the Brazilian meat processing chain. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, n. 19, p. 1-22, 2022.
- Torales, Julio et al. The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health. *International Journal of Social Psychiatry*, vol. 66, n. 4, p. 317-320, 2020.